

A IDEOLOGIA DA POBREZA COMO REFERÊNCIA À FORMATAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Jetson Lourenço L. da Silva – UFPE

Jadilson Miguel da Silva - UFPE

José Maurílio da Silva – UFPE

Resumo: Neste apresentamos análise realizada em documentos oficiais de organismos financeiros internacionais (BID, BIRD e FMI) entre a década de 1990 e 2000, que a partir de então permitiu clarificar propostas de formatação e implementação de políticas públicas com vista ao combate à pobreza e a desigualdade social. Os organismos financeiros entre essas décadas elaboraram documentos orientadores que serviram de referência para que alguns países operassem políticas compensatórias, focalizadoras e seletivistas voltas ao enfrentamento do pauperismo, que de alguma maneira refratou na redução do caráter universalizante da proteção social e facultou o mote para urdir consenso na sociedade ancorado no *discurso de combate a pobreza*.

Palavras-chave: crise, neoliberalismo, proteção social, pobreza.

1 INTRODUÇÃO

O intento preponderante desse artigo é desatar os laços invisíveis tecidos sobre o discurso de combate a pobreza e a desigualdade social, sendo esse discurso eivado de sentido ideológico e formador de uma cultura política legitimadora dos rearranjos contemporâneos à proteção social, conduzidos sutilmente na forma de desvirtuar os direitos universais, consolidados mesmo que formalmente, na arquitetura da proteção social brasileira.

Os organismos financeiros internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) – sobretudo os dois últimos – instrumentalizaram politicamente, no decorrer da década de 1990 e com ressonância na década seguinte, a necessidade de combater a pobreza por meio de políticas focalizadoras como estratégia para auferir consentimento as: contrarreformas imprimidas no âmbito da seguridade social, ao esvaziamento a universalidade dos direitos através de formulações de políticas focalizadas na pobreza com alto grau de seletividade; bem como imprimir práticas de indiferenciação/conformação social no relacionamento entre segmentos que compõe a sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para consolidar as considerações que logramos alcançar nas análises realizadas, bem como nos auxiliar na identificação do norte e posicionamento a serem tomados diante das observações empíricas, as colaborações de pensadores com vínculo no campo do Materialismo Histórico Dialético foi imprescindível. A fundamentação que nos valem das formulações a cerca da crise do capital para compreendermos o fenômeno neoliberal na condução das políticas públicas, então trazidas por Behring (2003), Melo (2005) e Neto (2006). Do mesmo modo, Marx (1982) ao problematizar sobre o processo de acumulação capitalista, discorre ao mesmo tempo sobre a elevação do pauperismo, desmistificando as ilusões sobre essa problemática social.

Até alcançar as considerações que abordamos sobre a política de assistência, colocada como panaceia a pobreza, o que caracteriza esse processo como assistencialização da proteção social, Mota (2006) e Sitkovsky (2006) são as principais referências que adotamos para nos apropriar desse processo.

3 MÉTODO DE PESQUISA

As análises que desenvolvemos se esboça sob a forma metodológica de avaliação qualitativa acerca da política de proteção social entre os anos 1990 e 2000, nela nos pautamos de análise de conteúdo operada sobre a materialidade empírica referente ao objeto de pesquisa. Para tanto realizamos análises em documentos oficiais de organismo internacionais de financiamento, que ora serviam de orientação para a formatação e implementação de políticas públicas aos países, sobretudo, aqueles considerados em desenvolvimento.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No decorrer das duas últimas décadas do século XX, se assistia um aguçamento da assimetria social em escala planetária e a um vertiginoso crescimento da pobreza, principalmente nos países periféricos de capitalismo dependente, no qual se enquadra o caso brasileiro. As transformações operadas no mundo do trabalho sob a égide das necessidades do capital, a flexibilidade dos instrumentos estatais de regulação social, os efeitos nefastos da mundialização capitalista; tudo isso engendrou contradições sociais que demandavam maiores cuidados, para não incorrer ao risco de afetar o bem-estar da

ordem capitalista em processo de reabilitação à crise de acumulação que acometeu o sistema nos 30 anos finais do século passado. Dados estimativos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL apud REIS et al) revelam que no continente latino-americano, existia no início da década de 1990 pelo menos 200,2 milhões de pessoas em situação de pobreza, nos anos finais deste período, após quase uma década de contra-reformas empreendidas pela política neoliberal, o número saltou para 211,5 milhões. Particularmente no Brasil, segundo o “Mapa do Fim da Fome no Brasil” divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) baseado em índices da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) colhidos de 1996 a 1999, no curso destes anos tínhamos um número de 29,3% de nossa população inscrita na margem de miseráveis (vivendo com renda per capita mensal inferior a 80 reais), ou seja, 50 milhões de brasileiros estavam em condições de miserabilidade.

Os aparelhos de hegemonia criados para difundir os interesses do capital (BID, FMI, BIRD, etc.) como num passe de mágica então atinaram para os corolários da política neoliberal. As metamorfoses nas relações de produção penalizaram ainda mais o trabalho – que sob a sociedade capitalista a atividade laborativa torna-se desumanizada e alienante – ao precarizar essas relações que conectas dialeticamente as transformações no bojo da reprodução da sociedade, com clara redução do papel provedor social do Estado, transformando-o como bem ilustra José Paulo Neto (2006), em “mínimo para o social e máximo para o capital” (2006, p. 98); essa amalgama trouxe por efeito nas duas décadas anteriores, a pauperização crescente dos segmentos subalternos da sociedade e o alargamento do fosso que separa ricos e pobres.

Nesse contexto, ante as contradições oriundas dessa dinâmica são redefinidas as estratégias dos organismos financeiros internacionais na condução das exigências do capital em reestruturação, desse modo, a política desses órgãos reverte sua direção à busca pela *equidade social* e o combate à *pobreza*, sem prescindir dos ajustes e contrarreforças requeridas para a retomada do fôlego acumulativo do sistema capitalista. O *discurso de combate pobreza* passa a ser um instrumento relevante e bastante aderente no fito de auferir o consenso da sociedade, precipuamente da classe trabalhadora em torno das transformações dirigidas por esses aparelhos de hegemonia do capital internacional. O combate à pobreza e a luta por justiça social sempre foram bandeiras presentes nas reivindicações do proletariado, que nesse cenário são assumidas pelos aparelhos do capital, sendo instrumentalizadas no direcionamento histórico-

contemporâneo dado à sociedade, numa tentativa de esvaziar as contradições existentes entre projetos societários discrepantes.

A pobreza passa a assumir contornos ideológicos e formador de uma cultura política de beneplácito a redução de direitos sociais ancorada no discurso prioritário à equidade e da erradicação da miséria. O pauperismo, então, se mistifica, é esbatido pelo aparente, afigura-se em um fenômeno não mais inerente a essa sociedade, aparentemente podendo ser suplantada na realidade concreta da história social dos homens sobre o capitalismo, que apresenta em sua lógica última e primeira a necessidade insuprimível de acumular. A obra marxiana nos auxilia no desatar desse nó:

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista [...]. A Magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potencias da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* [...]. A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação [...] (MARX, 1982, p.747-749).

O combate à pobreza passa a ser propugnado pelos organismos internacionais a partir dos anos 1990, como uma estratégia política ao enfrentamento dos elevados custos sociais advindos dos ajustes ditados pelos próprios organismos. De acordo com as análises feitas por Vivian Domínguez Ugá (2004), no desenrolar desta década o Banco Mundial (BIRD) elabora relatórios e documentos explicitando sua visão sobre pobreza. Os parâmetros que se norteia o BIRD para avaliar o padrão mínimo de vida estão pautados: no consumo – diretriz tão peculiar à sociedade capitalista, nas despesas para nutrição e necessidades básicas. Nos anos 2000 a referência para aferir as condições aviltantes da vida humana torna-se mais dinâmica, porém sem anular a visão dos primeiros relatórios.

Na década anterior (1990) o critério era a renda, já nos documentos da década seguinte a pobreza “[...] é agora vista como a incapacidade de alcançar os padrões básicos de nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que

afetam a vida de pessoas de baixa renda” (Banco Mundial, 2004, p.04). Desse modo, os pobres são reflexos da incapacidade, da vulnerabilidade e de exposições aos riscos produzidos por privações econômicas, políticas e sociais. Elaborados por organismos que preconizam a todo custo o caminho histórico neoliberal das relações sociais como única, não causa estranheza que a pobreza seja vista sob o prisma moral e endogenista; na medida, que é mistificada e naturalizada como resultante da incapacidade inerente aos próprios sujeitos de agarrar as várias possibilidades ofertadas pelo sistema capitalista e transformá-las em bons frutos a seu favor.

A situação de pauperização vivenciada na contemporaneidade pela camada subalterna da sociedade tem servido de farol para elaboração de políticas sociais específicas de combate à disparidade social alarmante. O Banco Mundial, responsável pela dinamização do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, compreende a desigualdade e em particular o pauperismo como um possível entrave a um ordenado ambiente, a fim de que as nações possam se desenvolver, por isso sua atenção à justiça social direcionada aos mais pobres que compõe a pirâmide da sociedade.

Nos últimos anos tanto os estudos acadêmicos; quanto os políticos, as instituições de pesquisa e os laboratórios de formulações de políticas de satisfação às demandas provenientes da sociedade parecem ter prescindido da capacidade crítica de apreensão da realidade ou da sua problematização e têm adotado instrumentos insuficientes para mensurar, qualificar e avaliar a pobreza a exemplo de: linhas de renda, consumo de itens básicos, índices de desenvolvimento, etc.. Os critérios de tão imprecisos, variam em latitude, podendo ser um índice determinado ao Norte e um outro totalmente diferenciado ao hemisfério Sul, caracterizando a pobreza como fenômeno cuja não apresenta uniformidade entre aqueles que a vivenciam. A pauperização ganha vida própria, é aprisionada nas teias da aparência, não mais sendo compreendida enquanto mediação central da dinâmica de exploração e acumulação capitalista, inscrita concretamente pelo processo desigual de distribuição da riqueza produzida e do acesso a bens e serviços sociais precários. Para identificá-la, a falta de alimentação adequada, o não acesso a formas salubres de habitação, a baixa escolarização são desconsiderados como indicativos do rebaixamento das condições humanas de existência, assim também a carência de outros elementos básicos a sobrevivência dos homens.

Desde a década de 1990 a linha mistificadora que designa se determinado sujeito está ou não inserido nas margens da pobreza é geralmente reduzido ao nível de renda. O

Banco Mundial desde então tem utilizado o padrão de 01 (um) dólar dia para caracterizar se um dado indivíduo está abaixo da linha da pobreza. Já aqueles que vivem por dia com um valor menor são considerados indigentes.

Este artifício apresenta debilidade e imprecisão, quanto mistifica a análise do fenômeno, já que se transpondo monetariamente essa linha, surge a ilusão que tais indivíduos conseguiram o feito de ascender socialmente para outro patamar na estratificação desta sociedade. Assim, ultrapassando a renda que designa a linha de corte entre pobres e não pobres conseguirão transitar socialmente de uma posição a outra, mesmo que eles continuem habitando na mesma localidade, vivenciando condições infra-humanas de vida, com acesso a educação e a outros serviços sociais de baixíssima qualidade, sujeitas ao subemprego ou ao trabalho precarizado exacerbadamente extenuante, sendo objeto do clientelismo político e da ação caritativa de compadecidos segmentos sociais.

4.1 LAÇOS INVISÍVEIS ENTRE O COMBATE AS POLÍTICAS DE COMBATE A POBREZA E REDUÇÃO DO CARÁTER UNIVERSAL DO DIREITO

Os efeitos contraditórios do imperativo neoliberal determinaram certa recomposição nas estratégias para os ajustes e contrarreformas preconizadas pelos organismos internacionais. Tanto o BIRD, quanto o FMI passaram a fazer exigências aos países subdesenvolvidos para retraírem empréstimos junto a esses órgãos, entre as condicionalidades consta,

[...] obrigações tanto de garantia de pagamento quanto de garantias de desenvolvimento, que se traduziam na obrigação da realização de políticas sociais compensatórias com objetivo de diminuir a desigualdade social sob a forma de “pacotes” para o desenvolvimento com os quais os países anuíam (MELO, 2005, p.72).

A erudição dos padrões de bem-estar social presentes nos Estados centrais da Europa e a bancarrota do modelo comunista à soviética erguido no lado Oriental do continente, abriu portas para que o BIRD se respaldasse em novos desenhos de políticas sociais, afiguradas em programas de distribuição de renda muitas vezes pulverizados, sem uniformidade e sistemática de enfrentamento a desigualdade. Este desenho acaba por conformar a visão central do Banco Mundial e instituições congêneres, pontuada no

consumo enquanto padrão necessário para o bem-estar da população pobre dos países subdesenvolvidos.

Na proposta dos organismos internacionais o investimento público em políticas com escopo na universalização de direitos e com amplitude de alcance entre os vários segmentos sociais torna-se numa barreira para se lograr a equidade social, em decorrência a escassez de recursos; assim, “sob vários aspectos, a despesa governamental com serviços sociais é ineficiente. E, sobretudo tendem a não beneficiar aqueles que mais necessitam – os pobres” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.81).

O argumento é que o agravamento da pobreza demanda políticas voltadas exclusivamente para populações mais paupérrimas e vulnerabilizadas, cuja política focalizada é o instrumento mais eficaz.

Assim a tendência geral é a redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da seguridade social nos países – em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise [...] (BEHRING, 2003, p.103).

Sob o subterfúgio da igualdade social e da escassez de recursos é que nasce o vetor orientador da proteção social focada nos mais pobres da sociedade. As políticas de combate à pobreza recomendadas pelo Banco Mundial aproveita-se de uma pseudo-humanização dos interesses do capital financeiro internacional e busca legitimar seu projeto, angariando adeptos, usando o argumento da justiça social baseada na necessidade de beneficiar os que menos possuem em detrimento dos que são “mais abastados”, uma vez que os exíguos recursos do Estado não são suficientes ao atendimento das demandas de todas as camadas populacionais. Dessa maneira, o capital forja as transformações que o beneficia no seu processo de reestruturação, com uma clara retirada de direitos sociais e capitalização dos serviços de potencialidades lucrativas, dos quais a saúde e a previdência assumem contemporaneamente destaque.

No Brasil, similarmente a América Latina, onde há uma grande massa de empobrecidos, esse discurso ganha fluidez, dissemina-se entre as classes sociais e os segmentos que compõem a sociedade, que passa a reproduzi-lo em claro sinal de adesão a um projeto de sociedade dirigido pelos interesses de reestruturação do capital.

Na esteira desse processo, o projeto pelo qual vai aderindo à sociedade - sem isenção de contradições - se constrói num terreno que articula economia e política, sob

forte ajuste fiscal do Estado e mercantilização de suas responsabilidades sociais, flexibilização das relações de trabalho; bem como, na formação de uma cultura dentro da sociedade de valorização dos serviços sociais privados, de fortalecimento do voluntariado - como resposta do chamado a sociedade a responsabilidades sociais, e mais gravemente, na formação de um *ethos* político de indiferenciação entre as classes fundamentais e seus segmentos, neutralizando o potencial de efervescência e disputa política no seio da sociedade civil. Para tanto, basta perceber que tendo parte considerável do segmento médio da sociedade migrado para os serviços sociais privados, em virtude dos desenhos que precarizaram as políticas universais de proteção social, reduzindo-as a mera formalização, focalizando a efetivação do direito na atenção privilegiada a pobreza, em concomitante abertura de espaço para o mercado; sendo assim, a pressão social por ajustes estruturais favoráveis a classe trabalhadora de maneira mais geral se reduziu¹ e cresceu um sentimento de desvalorização ao serviço social público e de valorização do privado.

A arquitetura que a proteção social está se afigurando fundamentalmente na atualidade, mediada pelo movimento de recomposição nas formas de acumulação capitalista, redireciona as modulações de enfrentamento a questão social. Emerge, portanto nessa dinâmica, dois padrões de proteção social, aquele configurado na mercantilização do direito com o comércio de serviços no setor privado, e aquele delineado na política residual e focalizada oferecida através do Estado, cuja assistência assume centralidade.

Dessa forma, o trabalho assalariado, para uma parcela significativa da população, deixa de ser, gradativamente, o ideário de integração da ordem, e a assistência social, particularmente pelos programas de transferência monetária, como política compensatória, parece cumprir este papel econômico e político [...]. Neste contexto, a expansão da assistência social no Brasil ocorreu concomitante à ampliação do mercado como mediação para o atendimento às necessidades sociais (SITCOVSKY, 2006, p. 95-98).

Em face a alarmante pobreza, se molda formas bastante contraditórias e questionáveis de enfrentá-la, na qual a assistência social torna-se a principal porta de

¹ Sem desconsiderar a suma importância desse segmento na luta pelos direitos, uma observação que cabe nesse momento da discussão, é que o setor mais paupérrimo da sociedade não possui larga cultura de reivindicação, lembremos-nos do clientelismo e do paternalismo que historicamente envolveu esse setor. Também, importa ressaltar que esse não é o único fator determinante no arrefecimento das lutas e pressões sociais pelo alargamento dos direitos.

entrada dos miseráveis e pauperizados pelo sistema à proteção social brasileira. Num evidente sinal de que essa política, ilusoriamente ganha proeminência como mecanismo de combate as desigualdades sociais, não obstante, as formas pulverizadas, com forte seletividade e fragmentação no combate a pobreza. Apresentando preponderantemente nas modulações atuais da assistência, compensações aos pobres sob o formato de programas de distribuição de renda com pífio alcance no objetivo central que tem determinado essa política, que é erradicar a pobreza e combater as desigualdades, sem mexer nas estruturas que sustentam esta sociedade. Por isso, “instala-se um período no qual a assistência social, mais do que uma prática e uma política de proteção social, se constitui num fetiche social” (MOTA, 2006, p.08), numa espécie de mito ou remédio miraculoso para as contradições capitalista que vêm se acentuando na contemporaneidade.

Ocorre que, subjacente neste movimento, está se comprometendo o ideário de cidadania social, com políticas públicas de alcance a todos os cidadãos, cuja idéia radica na universalização dos direitos, ao apresentar num movimento contrário ao neoliberalismo e seus ditames ainda em voga.

As determinações e a influência das agências internacionais na formatação da proteção social brasileira vêm esvaziando a cidadania social ao privilegiar formas de combater as contradições da questão social voltadas unicamente na focalização da pobreza com ações pontuais e anódinas, que muitas vezes se assemelham ao velho assistencialismo, por instrumentalizar as efetivações das demandas sociais para barganhar legitimidade a um determinado projeto político.

Mesmo sendo a história e os processos societários resultante da ação humana e de seus direcionamentos políticos no desenrolar da vida social, parece que a máxima estabelecia pelas ciências naturais de que para cada ação há uma reação cabe também nesse contexto. A destruição do Estado de bem-estar, o exponencial crescimento do desemprego, tornando-se ainda mais estrutural ao novo padrão de acumulação capitalista, as contrarreformas dos aparelhos estatais de consumo coletivo, o crescimento da desigualdade e do número de pobres; tudo isso concorreu para acirrar contradições nos quatro cantos do mundo. A reorganização das lutas sociais nos finais dos anos 1990 e no início deste novo século ilustra bem essa tendência.

A desigualdade alarmante na América Latina que jogou no final da última década século XX cerca de 43,8% de sua população a condição de empobrecimento, serviu para reascender as lutas sociais sob a atmosfera neoliberal, o painel na

Argentina, a insurreição do movimento indígena na Bolívia, as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e o Movimento Zapatista no México.

Isso justifica o porquê do sinal de alerta acionado pelo capital e expresso nos relatórios e documentos das instituições que os representa. Examinando a preocupação do BIRD e FMI com os embates sociais e com ordenado terreno para reprodução capitalista. Diante da explicitação dessas contradições o capital busca dirimir a questão recalçando as funções do Estado e inaugurando relações indiferenciadas no âmbito da sociedade civil.

Objetivando uma nova linguagem hegemônica [desde] os anos 1990, organismos internacionais como FMI e o Banco Mundial fazem apologia de uma cidadania ativa [...], evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que as instituições sociais, comunidades, e cidadãos participem ativamente de seus destinos [...]. O Estado aparece para os países “pobres” novamente como gestor de compensações. “Mínimo”, mas capaz de gerir tanto a execução de uma nova forma de execução de relacionamento social como a ordem social, preocupação constante tanto mais se se agravam as conseqüências das reformas com relação ao empobrecimento dos países (MELO, 2005, p. 73).

Inscrito nesse quadro contraditório da realidade social ganha relevo o conceito “exclusão social”, propagando-se indiscriminadamente entre as ciências sociais, fragmentando e mistificando as determinações imanentes à dinâmica desse fenômeno social. Nessa mesma linha de raciocínio designações como “nova pobreza”, “nova questão social²”, associam-se ao conceito “exclusão social” para tentar dar conta do processo contemporâneo, na medida em que, o desemprego estrutural avança, generalizando o pauperismo como fenômeno presente tanto nos países periféricos quanto nos centrais. Assim, é decretado o fim das classes sociais e a sociedade passa a se limitar à existência de incluídos e excluídos, cujas atuais políticas de combate à pobreza são a pedra de toque para administrar tal contradição e reafirmar o projeto burguês na atualidade (MARANHÃO, 2006).

² A ilusão de uma “nova pobreza” ou uma suposta “nova questão social” é trabalhada em cima da idéia de que, a sociedade erguida sobre os pilares do Estado de Bem-estar social varreu da história a luta de classes e todas as refrações provenientes da relação contraditória entre capital e trabalho. Essa ponderação é facilmente refutada na medida em que o Estado de Bem-estar não foi um fenômeno que se generalizou em todas as sociedades, ele limitou-se apenas aos países centrais da Europa; mesmo entre as nações que vivenciaram o esse modelo de Estado provedor, as refrações da questão social continuavam presentes, porém bem residuais. A emergência de uma “nova questão social” tem muito mais contornos político e ideológico do que real. Sobre essa sociedade as classes sociais, a pobreza, o desemprego, as desigualdades serão sempre funcionais para sua existência, por isso a impossibilidade de serem suplantadas nesta mesma ordem social.

No desenrolar desse processo social ganha bastante significado a idéia de solidariedade social. A sociedade é chamada, então, a criar um pacto entre si, a dar respostas à pretensa contradição existente entre excluídos e incluídos. Para tanto, é necessário que todos participem não só das decisões e dos rumos tomado pela sociedade, mas também, dando sua colaboração voluntária e ativa numa rede de solidariedade social, da qual devem participar indiferenciadamente empresários, igrejas, trabalhadores, organizações não governamentais, fundações sociais, etc. Em nome dessa solidariedade se obliteram as diferenças afetas as classes e neutraliza-se a potencialidade de enfrentamento entre projetos diferenciados de sociedade, tudo isso em prol de um único objetivo, a inclusão social. Sutilmente se desenvolve o atual processo de precarização do sistema de proteção social, no qual a assistência ganha proeminência, seja ela pública ou privada com todo um caris de *responsabilidade social*.

Analisando esse movimento real, cuja solidariedade permeia as práticas sociais e imbuí a assistência de uma ação com contornos filantrópicos, Pereira (1998) diz que,

[...] parcelas consideráveis da população, que não estão inseridas no mercado de trabalho [...], ficarão à mercê da atenção seletiva, focalizada estigmatizante e precária da proteção social pública e da iniciativa privada. Assim, em vez da assistencialização da política social, como entendem alguns, verifica-se o recrudescimento de um processo de proteção social que aponta para desassistencialização dos rejeitados pelo mercado de trabalho e incapazes de implementar a auto-ajuda (1998, p. 65).

Entretanto, rejeitamos parcialmente a tese explicitada por Pereira (1998), que circunscreve unicamente o fenômeno na *refilantrópização da questão social*. Vivenciamos um processo de mão dupla, estando de um lado a *refilantrópização*, com o chamado indiferenciado a sociedade civil para assumir responsabilidades de assistir a necessidades sociais e de outro lado o relevo dado à assistência sob a forma de políticas focalizadas e compensatórias apresentadas como panacéias às contradições do capitalismo contemporâneo numa atmosfera de contrarreformas e rearranjos sociais.

As ações do governo de Luis Inácio Lula da Silva (Lula), que esteve na presidência do Brasil entre os anos 2002 e 2010, ao operar uma contrarreforma à previdência, manifestar comprometimento exacerbado com *superávit primário* em detrimento das políticas sociais universais, implementar uma política econômica de favorecimento ao capital financeiro, forte ajuste fiscal, privilégio a agroindústria

exportadora, etc.; demonstrou em alguma medida alguns traços fundamentais da cartilha neoliberal.

Lula colocou como prioridade de seu governo o *combate à fome e a pobreza* sem, todavia, romper com as indicações dos organismos internacionais quanto ao combate a pobreza e a desigualdade no mundo, o *Programa Fome Zero* simbolizou o carro chefe das preocupações sociais de sua gestão nos primeiros anos de governo, que parece ter no *Bolsa família* o pilar central do programa. Assim, a política do atual governo apresenta traços que lhe permitem aproximar-se do enquadramento na conceituação de *social-democracia da terceira via*, denominado por (GIDDENS, 2001 apud NEVES, 2005) como um terceiro caminho entre neoliberalismo e a antiga social democracia. Ao ter assumido o discurso do combate a pobreza tão propalado pelo BIRD, FMI e BID, Lula também empreendeu no curso de seu governo contrarreformas e ajustes ditados afins com os princípios e diretrizes neoliberais e ao mesmo tempo a fim de legitimar o projeto que está sendo tecido, propala a preocupação com o pauperismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquilo que aqui temo intitulado de *discurso ideológico do combate a pobreza e a desigualdade* assume centralidade nas estratégias neoliberais de condução dos processos societários contemporâneos, assim também, na presente formulação arquitetônica da proteção social brasileira. Erradicação do pauperismo e equidade social fazem parte do discurso dos organismos internacionais (BID, FMI, BIRD, etc.) ao difundir hegemonia sobre a sociedade e conduzir seus trilhos na história. Nada mais justo socialmente do que suprimir tais contradições; todavia, quais as formas então assumidas atualmente a fim de eliminá-las? – Privilegiando políticas focalizadas e altamente seletivas, pois se trata de fazer justiça aos menos favorecidos, conforme o discurso conservador, ante a “impossibilidade” do Estado de garantir a universalidade dos direitos. Eis, portanto, o discurso que legitima esse processo.

Paralelamente a tudo isso se vai privatizando aqueles serviços que são rentáveis para o capital e se construindo subjetivamente anuência ao ideário e proposta neoliberal, a partir da manifestação das ações concretas de repasse dos serviços a esfera privada, assim a burguesia alinhava sua hegemonia na forma de dispensar cultura e direção política aos projetos societários apresentados na contemporaneidade.

A tendência atual é atribuir à assistência um papel muito maior que o *status* de direito social, mas sim, de configurar-lhe como principal mecanismo no enfrentamento as refrações da questão social, principalmente através dos programas de distribuição de renda que, apesar de operar impacto imediato sobre as condições de vida de parcela considerável da população paupérrima, jamais terá condição alguma de erradicar pobreza e desigualdade na sociedade capitalista e principalmente nos padrões sociais que apresenta contemporaneamente.

Dessa forma, as políticas sociais pontuais, seletivas e focalizadoras assumem a posição de eixo nuclear na mediação do direito a proteção social, reduzindo a potencialidade operativa das políticas universais.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 1990: a pobreza. In: **Indicadores do Desenvolvimento Mundial**. Fundação Getúlio Vargas, 1990.

_____. Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 2004: a pobreza. In: **Indicadores do Desenvolvimento Mundial**. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARANHÃO, Cezar. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. In: **O mito da Assistência**. Recife: Universitária – UFPE, 2006.

MARX, Karl. O processo de produção do capital – volume II. In: **O Capital**. 8ª ed. São Paulo: Difusão editorial S.A., 1982.

MOTA, Ana Elizabete. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade Nº 87**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A política social no contexto da Seguridade Social e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social. In: Serviço Social e Sociedade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade n. 56**. São Paulo: Cortez, 1998.

SITCOVSKY, Marcelo. As Particularidades da Expansão da Assistência Social no Brasil. In: **O Mito da Assistência Social – Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. Recife: Editora Universitária, 2006.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. In: **Revista Sociologia e Política**. Curitiba: 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 de Dez. 2008.

REIS, Carlos Nelson dos; OLIVEIRA, Mara de. In: **Pobreza na América Latina no Pós-reformas Estruturais: A permanência da iniquidade**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/POBREZA%20NA%20AMERICA%20LATINA%20NO%20POS%20REFORMAS%20ESTRUTURASIS.htm>>. Acesso em: 14 de jan. de 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. In: **Brasil: 50 milhões de brasileiros vivem na miséria**. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2012.